



PORTARIA FF N° 70 / 2018	
<b>Dispõe sobre a distribuição das vagas dos representantes da sociedade civil por segmento e o detalhamento dos procedimentos da eleição do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Lagamar de Cananéia - PELC, biênio 2018-2020.</b>	<b>Data de emissão: 22/03/2018</b>

O Diretor Executivo da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias; e  
Considerando a Resolução SMA nº 88, de 01 de setembro de 2017, que dispõe sobre Conselho Consultivo das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo.

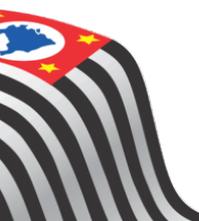
Considerando o trâmite do Processo FF nº 1326/2017, que trouxe justificativa fundamentada precedida de mapeamento atores locais no movimento de articulação da gestão da unidade, evidenciando o processo de como se dará a composição do Conselho Gestor conjunto, de caráter Consultivo, do Parque Estadual do Lagamar de Cananéia, biênio 2018-2020.

RESOLVE:

**Artigo 1º** - O Conselho será paritário e integrado por representantes da sociedade civil e do Poder Público, sendo constituído por 12 membros titulares e 12 membros suplentes.

**Artigo 2º** - A distribuição das vagas dos representantes da sociedade civil do Conselho Consultivo da Parque Estadual do Lagamar de Cananéia para o biênio 2018-2020 se dará nos termos:

- I- 1 (um) representante de Moradores ou Associação de Moradores com evidências de tradicionalidade residentes nos Municípios de ocorrência de UC ou sua Zona de Amortecimento;
- II- 3 (três) representantes de Moradores ou Associação de Moradores Locais, com comprovada atuação no Mosaico do Jacupiranga, residentes no Município de Cananéia;





FUNDAÇÃO FLORESTAL

III- 1 (um) representante de Organizações Não governamentais (ONG) ligadas à defesa do meio ambiente, atuantes na UC ou no Mosaico do Jacupiranga.

IV- 1 (um) representante de associação vinculada a seguimento de Ecoturismo e Esporte e que desenvolvam atividades no interior da UC.

**Artigo 3º** - A Fundação Florestal publicará edital convocando as entidades da sociedade civil interessadas em integrar o Conselho Consultivo.

**Artigo 4º** - As entidades interessadas em indicar representante para o Conselho deverão efetuar o cadastramento utilizando o modelo de ficha de cadastro anexa ao Edital de Chamamento da Sociedade Civil e apresentar os seguintes documentos:

- 1 - Cópia do estatuto da entidade, devidamente registrado em cartório até a data do cadastramento;
- 2 - Cópia da ata de constituição da diretoria atual;
- 3 - Comprovação de localização da sede ou representação na região em que se insere a unidade de conservação ou justificativa para o cadastramento em função de atuação na região da unidade.

**Artigo 5º** - A ficha de cadastro preenchida, constante no Anexo da Resolução SMA nº 88/2017, deverá ser enviada ou entregue no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação do edital, juntamente com cópias simples dos respectivos documentos nos seguintes endereços:

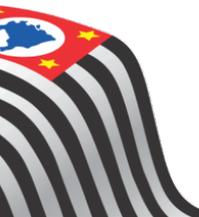
Email: [pe.lagamarcananeaia@fflorestal.sp.gov.br](mailto:pe.lagamarcananeaia@fflorestal.sp.gov.br)

Rua Vladimir Besnard, s/n, Morro São João, Cananéia - SP  
CEP 11990-000.

Fone: (13) 3851-1108

A/C Mário José Nunes de Souza

**Artigo 6º** - 6 – Eventuais dúvidas quanto ao preenchimento das condições para o cadastramento de entidades serão dirimidas pela Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, através do e-mail: [pe.lagamarcananeaia@fflorestal.sp.gov.br](mailto:pe.lagamarcananeaia@fflorestal.sp.gov.br) ; [marionunes@fflorestal.sp.gov.br](mailto:marionunes@fflorestal.sp.gov.br) .





**Artigo 7º** - A Fundação Florestal indeferirá o cadastramento de entidade que apresentar documentação incompleta ou não atender os requisitos previstos acima.

**Artigo 8º** - A eleição das entidades cadastradas que representarão a sociedade civil no Conselho Gestor, de caráter consultivo, do Parque Estadual do Lagamar de Cananéia será realizada em reunião convocada especialmente para esse fim, por meio de divulgação no Diário Oficial do Estado e por outras formas de divulgação como os sítios eletrônicos das instituições.

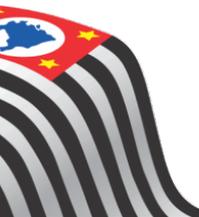
§ 1º - A reunião de eleição será constituída por representantes legais das entidades cadastradas ou por seus procuradores devidamente habilitados, sendo presidida pelo gestor da Unidade de Conservação;

§ 2º - Fica dispensada a realização de reunião de eleição se houver somente uma entidade da sociedade civil cadastrada por segmento para compor o Conselho Consultivo;

§ 3º - Havendo mais de uma entidade da sociedade da civil habilitada que representam um mesmo setor, o Gestor da Unidade promoverá reunião com as instituições representativas para definir os titulares e suplentes, num processo eletivo ou outro método democrático, levando-se em conta os seguintes termos:

- I- Frequência na participação nas reuniões funcionais do histórico de gestão da Unidade;
- II- Efetiva atuação em atividades relacionadas aos objetivos da Categoria e da própria Unidade de Conservação, nos termos das normas e legislações vigentes que versam sobre a mesma, bem como seu Plano de Manejo, se existente.

**Artigo 9º** - As entidades da sociedade civil não poderão indicar como seus representantes servidores e funcionários públicos vinculados a órgãos representados no setor público do Conselho.





FUNDAÇÃO FLORESTAL

**Artigo 10** - O mandato dos membros do Conselho será de 2 anos, podendo ser renovado por igual período, e não será remunerado, sendo considerado atividade de relevante interesse público.

**Artigo 11** - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Fundação Florestal, 22 de março de 2018.

**RODRIGO LEVKOVICZ**

Diretor Executivo

